

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 18.12.2025

Combate rigoroso a novas formas de trabalho ilegal, assegurando o direito ao emprego dos residentes locais

De acordo com os dados divulgados pelo Governo da RAEM, este ano foram detectados 76 casos de trabalho ilegal (até 26 de Novembro de 2025), envolvendo 173 pessoas, mais do que no período homólogo do ano passado; e as formas de trabalho ilegal tendem a ser diversificadas e dissimuladas, o que constitui um desafio para o seu combate, situação que merece a nossa atenção.

De facto, o recurso à “licença de condução especial” para o exercício ilegal do transporte de passageiros e de mercadorias em Macau afecta directamente a sobrevivência e a ordem do mercado dos operadores do sector de transporte local. Face à recuperação dos sectores do turismo e dos serviços, surgiram, sucessivamente, situações de angariação de negócios nas redes sociais, por exemplo, sob a designação de “Fotógrafo Acompanhante em Macau”, etc., envolvendo, no passado, nas referidas actividades, a participação de estudantes do Interior da China que estudam em Macau. E, mais, uma empresa de remodelação do Interior da China divulgou, através da plataforma de *internet*, anúncios e vídeos de obras de remodelação das habitações económicas da Zona A dos novos aterros, afirmando ainda que mais de 30 famílias assinaram contratos. Assim, questiona-se se há pessoas de fora que entraram em fracções habitacionais de Macau para realizar obras sem a devida autorização de trabalho.

Segundo o sector de fotografia, em plataformas *online* há muitas publicações sobre o recrutamento de residentes do Interior da China para trabalharem em Macau na área de fotografia e, em alguns casos, a remuneração, o horário, a data e o local de trabalho estão claramente definidos, o que constitui um grande desafio para a segurança pública e a legislação de Macau. Tudo isto demonstra que o trabalho ilegal está a penetrar na vida quotidiana e nos novos sectores de consumo, portanto, se não for reprimido atempadamente, o mercado laboral local e a ordem jurídica serão gravemente afectados.

É de salientar que a garantia do direito ao emprego dos residentes locais é a base para manter a estabilidade social. O Governo deve encarar seriamente este problema e reforçar o combate, através do aperfeiçoamento da legislação e da criação de um mecanismo de comunicação com o sector, reforçando a recolha e o acompanhamento das informações, para resolver os problemas pela raiz e assegurar a justiça e a ordem do mercado laboral local.

Assim, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. Rever os diplomas legais desactualizados, para agravar as sanções e aumentar os efeitos dissuasores. O Regulamento sobre a Proibição do Trabalho Ilegal entrou em vigor há mais de 21 anos, já não correspondendo à situação social. Face ao aumento dos casos de trabalho ilegal, exorto o Governo a rever, de forma global, o diploma, para agravar as sanções e consolidar a linha de defesa legal.

2. Criar um mecanismo de comunicação e coordenação do sector, reforçar a aplicação da lei através de informações. Para fazer face aos trabalhos ilegais dissimulados e ambulantes, nas áreas da fotografia, transporte, remodelação de casas, e convenções e exposições, as autoridades devem tomar a iniciativa de criar um mecanismo de comunicação regular com os respectivos sectores, criar canais de comunicação fáceis e rápidos, e incentivar os sectores a denunciar, atempadamente, as situações suspeitas, para os serviços executores da lei combaterem, com maior rapidez e precisão, as actividades ilícitas, e elevarem a eficácia da execução da lei.

3. Tomar a iniciativa de recolher informações para dar resposta a novas formas de infracção. Face ao aumento de publicidade de trabalho ilegal nas redes sociais, os serviços executores da lei devem ser proactivos e reforçar a fiscalização, nomeadamente, rastrear as informações e efectuar operações de desmantelamento, para proteger eficazmente os direitos e interesses laborais dos residentes.